

DEGRAVAÇÃO

Reunião do Conselho Nacional da promoção da Igualdade Racial – CNPIR

Agosto de 2009

1/4

Apresentadora:

-Vamos dar início a vigésima primeira reunião ordinária do conselho nacional de promoção da igualdade racial e eu pediria aos senhores o obsequio de assinarem a o livro de frequência, o livro estar circulando, por gentileza quem ainda não assinou. Onde tá o livro, por favor? Ai você vai passando viu conselheiro!

Então eu vou iniciar, nós já estamos com um pequeno atraso, isso em função de um problema de comunicação interna, que o equipamento foi montado lá no subsolo e na verdade o auditório tá reservado pra a nossa reunião é esse aqui do térreo. Então na sequência eu vou passar a palavra ao Ouvidor Humberto Adame para uma breve apresentação e logo em seguida nós entraremos no ponto da tarde de hoje que são as moções para que a gente possa otimizar nosso tempo.

Então passando a leitura da pauta nós temos a leitura e aprovação da pauta, aprovação das atas anteriores, nós temos a ata da décima nona reunião que ficou pendente na nossa ultima reunião como observação que apenas a conselheira Leonor fez, do Ministério da Educação, se não tiver nenhuma outra observação em relação a essa ata, nós consideraremos a ata aprovada e a ata da vigésima os senhores receberão a posterior. Depois num segundo ponto a apreciação das moções da segunda CONAPI, nós teremos aqui o doutor Eloy Secretario Adjunto e o Ministro Edson Santos para a apreciação e deliberação conforme deliberação da plenária da segunda conferencia nacional de promoção da igualdade racial.

Às dezessete horas e trinta provavelmente a gente vai antecipar em função da agenda do senhor Ministro (inaldível)[...] ação daquelas mudanças que ocorreram após a posse do Conselho, que a posse do Conselho se deu em setembro de dois mil e oito e ao longo desse período algumas entidades mudaram seus representantes, então nós estaremos fazendo, publiciando, foi já feita alteração na portaria que os senhores receberam também - boa tarde - e também hoje temos o retorno da conselheira Leci Brandão para a nossa grata satisfação, é um prazer enorme te-la novamente aqui conosco assim como os demais conselheiros, a Conselheira Leci Brandão também estará nesse momento sendo, é tomando posse ai, é uma posse a posteriores.

Para o sai doze nós temos às nove horas e trinta, previsto a apresentação do PANAPI, doutor Eloy fará essa apresentação, na sequência o ponto do estatuto da igualdade

racial, assessoria parlamentar fará a apresentação, o senhor Benedito Silva Ernesto Luis, a coordenação dessa mesa será a cargo da Ivonete Carvalho que é diretora de programas da SUBCON.

Na seqüência a proposta do estatuto da igualdade racial, na verdade esse ponto é uma reapresentação de uma proposta trazida pela conselheira Cleidilda e ficou definido na ultima reunião que esses seria um dos pontos da nossa pauta reunião de hoje. A tarde um intervalo para o almoço às quatorze horas a apresentação da pesquisa nacional diversidade nas escolas pelo senhor Daniel Jaquino Schmenes do MEC, as quinze e quinze um balanço da segunda CONAPIR um intervalo informes e ai nós temos previstos informes da ouvidoria , mais também em função de uma agenda que o ouvidor estará cumprindo no Rio de Janeiro representando o Senhor Ministro, ele estará aqui hoje fazendo sua breve apresentação, e também informes da comissão de acompanhamentos normativos do conselheiro que é composta pelos conselheiros Edson Luis França, o Ualide, Rusem, Maria do Carmo dos Santos que é da CNBB e também pelos conselheiros que se integraram na ultima reunião a esta comissão que são os conselheiros Claudio Aparecido e Maria Helena do Ministério da Ciência e Tecnologia, e ai já deixando também um informe em relação a essa comissão que ela esta aberta a participação especialmente de representantes governamentais se assim desejarem.

Na seqüência os encaminhamentos gerais e o encerramento.

Gostaria de saber se existe alguma observação a relação à pauta, em relação a informes, há alguma solicitação de informes? Eu lembro aqui que o conselheiro João Bosco esteve ao longo da semana aqui na CEPI e ele solicitou um ponto de informe sobre o PRESAL se não me engano, mais ele não esta aqui agora mais o conselheiro João Carlos teria algo a informar, certamente ele deve entrar em contato para ta repassando esse informe. Então eu gostaria de chamar o ouvidor Humberto Adame não tendo nenhuma observação em relação à pauta. Consideramos a pauta aprovada e pessoa palavra ao ouvidor Humberto Adame para que ele possa fazer a sua saudação e a sua apresentação ao conselho. Seja bem-vindo ao CNT.

Adame:

- Bom, boa tarde a todos, acho que uma grande parte dos senhores eu já conheço, aos que não conhecem sou Humberto Adame, até quinze dias atrás era advogado no Rio de Janeiro, sou funcionário do Banco do Brasil, sou advogado do Banco do Brasil há vinte e oito anos e fui convidado pelo Ministro Edson para vim, também exerci a presidência do Instituto de Advocacia Racial e Ambiental o IARA onde podemos exercer o que eu chamo de advocacia de combate, abri uma série de denuncia, representações ao ministério publico, federal do trabalho do estado do Rio de Janeiro especialmente no Rio de Janeiro mais tendo um mar de coletividade e sempre nas representações e denuncias fazendo nas vinte e sete capitais, o ministro Edson ao me fazer o convite pediu que a ouvidoria fizesse, aperfeiçoasse a interlocução com os movimentos sociais, principalmente o movimento negro e demais movimentos, to aqui desde o dia quinze, já na ouvidoria e vimos que a secretaria lida com dificuldades, precariedade de recursos, o pessoal ta ai oprimido por essas necessidades, pra também eu não entrar só na alegação de falta gente, falta recurso, falta muitas coisas eu propus ao ministro, a Chefe de Gabinete Sandra e já falei também com o Secretario Alex e o Adjunto Eloy duas medidas básicas para que a ouvidoria possa funcionar ate o final das coisas. Basicamente a ouvidoria é porta de entrada para reclamação, de elogio, de solicitação,

mais é uma porta de entrada, e a primeira sugestão que agente ta fazendo é que a internet, a porta da CPI na internet possa servir exatamente como uma porta de entrada, no Brasil inteiro como se fosse um serviço de atendimento ao cliente que qualquer loja América, que qualquer instituição hoje tem, mais que fizesse que a Secretaria como entidade facilitadora, pudesse fazer as pessoas acessassem as demais instituições da Administração Pública Federal, ou pelo menos suas ouvidorias, de uma forma que de ouvidoria para ouvidoria você pudesse alguém no seu cantinho, através da Secretaria reclamar que sofreu uma agressão de um integrante da policia militar, ou que foi xingado, ou que foi vitima de preconceito ou discriminação, e que através da pagina também, porque não adiante trazer toda essa denuncia para cá por que ao vai ter gente pra acessar, através da própria pagina, automaticamente, como nas próprias delegacias, a delegacia legal no Rio de Janeiro, você faz a ocorrência e lá já sai com o boletim de ocorrência da própria internet. E que isso tudo então já fizesse um registro de protocolo e eu de lá mesmo fosse encaminha do para a ouvidoria do Ministério da Justiça, por exemplo, nesse caso ou que na lei dez mil setecentos e trinta e nove pudesse fazer o encaminhamento para a ouvidoria do ministério da educação, isso sem passar aqui, que dizer ia só anotando o protocolo e em seguida anotando o prazo para saber se a resposta ia ou não fazer algum tipo de controle ou pra questão dos quilombolas saber se ia lá para o INCRA ou para a possível ouvidoria agrária que ta sendo falada. O Celso tem falado muito isso lá no Rio. Essa é a primeira coisa que já abriria uma porta de entrada e melhoraria muito a possibilidade das pessoas não só reclamarem como me alertaram mais pode elogiar também, pode fazer uma solicitação, mais isso abriria, acho que com isso você abriria os trinta e oito ministérios e mais alcançar Administração Pública Federal indireta que constituída da empresas estatais servindo a secretaria política da igualdade racial como porta de entrada, por que muitas vezes são medidas simples assim, que são relativamente baratas, tão averiguando isso lá junto a pagina da previdência, mais que facilitam, porque muitas das pessoas que são, vamos fazer assim os clientes da política de discriminação, dos atingidos pela discriminação, eles não tem a menor condição de chegar, de saber que tem direito de lá, reclamar no Ministério da Justiça ou qual é e seção da Secretaria do Ministério da Educação.

Então a proposta que agente ta fazendo é essa, em principio o Ministro ta aprovando. E a outra coisa que eu acho que seria também muito barato sempre usando o sistema de ouvidoria, vou ter que sair exatamente agora por que tenho uma reunião com a Ouvidora Geral, daqui a pouco eu vou ter que sair, é mais seria um oficio também encaminhado dessa para todas as outras ouvidorias pedindo três coisas:

Um: o que fizeram sobre discriminação racial ou racismo que os ministérios e as empresas integrantes da Administração Pública Federal indireta fizeram sobre discriminação racial ou combate ao racismo nos últimos cinco anos.

A segunda: o que fizeram com reação ao decreto quatro, dois, dois, oito? Que é um decreto da época do governo Fernando Henrique, ratificado pelo Presidente Lula quando ele chega na assembléia a OIT, ele ratifica, compromisso pessoal dele em combate ao racismo, não só dele mais como do governo dele, mais dos governos federais e governos brasileiros, e no combate, que prever medidas tomadas em dois mil e um, como: licitação dos negócios, metas de inclusão nas licitações publicas, metas de preenchimentos dos cargos do DDES e um terceiro ponto que é a terceirização da administração pública federal. Então o decreto do Presidente da Republica que ta em vigor desde dois mil, do Presidente anterior e que ate onde eu to sabendo aqui eu não

sei, imagino que não esteja sendo cumprido, então primeira forma de fazer é uma pergunta, dizer o que fizeram? pra não dizer que ninguém fez nada, então ai seria a idéia, mandar um ofício para as ouvidorias dos trinta e sete, trinta e oito Ministérios e a chefe de gabinete Sandra Cabral disse vamos mandar já para as Empresas da Administração Publica Direta e Indireta, porque um ofício perguntando já serve de alerta para que não fez é já fazer rapidamente, o prazo que a gente estava estipulando para a resposta era noventa dias, o ministro adjunto, o doutor Eloy já disse é muita coisa viu Sandra vamos diminuir para trinta porque para dar mais rápido duma resposta.

E o terceiro ponto: é exatamente esses ofícios ai e tabular esse prazo ai ate o final do ano, porque as resposta que vão chegar, dizer que não tem resposta é uma resposta a pesquisa, e apresentar, submeter ao Presidente da Republica porque a Sandra trouxe um trechinho a orientação do Presidente da Republica, foi o discurso, que eu não me lembro onde foi mais depois vocês podem perguntar para ela: -no final do meu governo eu quero colocar tudo perfeito, em cartório, prestar conta de caçada projeto de cada centavo que foi gasto pra não perdera memória - então a orientação era de concretização evidentemente que chegando agora nessa ouvidoria ninguém vai começar a fazer nada de uma hora pra outra, você tem que perguntar pelo menos o que já foi feito ou o que deveria ter sido feito, então dentro do prazo, são medidas simples que dentro dos recurso que agente dispõem e que teriam assim como as coisas que nós fizemos no IARA um grande impacto, porque a Administração Pública Federal direta ou indireta, mesmo que se mexendo um milimetrozinho, tem uma grande repercussão em toda população que ta assistida, já recebi aqui meu bilhetinho de conclusão, essa breve apresentação, estou a disposição de todos ai e muito obrigado pela oportunidade.

Apresentadora:

Nós agradecemos ao ouvidor Humberto Adame, desejando-lhe um trabalho bastante profícuo daqui pra frente da ouvidoria, eu gostaria só de retomar com relação ao um ponto da pauta da décima nona, que eu não percebi nenhuma manifestação do plenário, então vou considerar aprovada, acatando a observação que foi feita pela conselheira Leonor na reunião passada. E tem uma outra solicitação que eu gostaria de fazer aos conselheiros especialmente aos conselheiros da sociedade Civil e conselheiras que é relação a um envelope que vocês receberam dentro das pastas com o relatório de viagem, eu peço por gentileza eu ao chegarem as origens, os senhores remetam para nós os tíquetes de viagem, porque? Para evitar aqueles transtorno que tem se tornado recorrente ao realizarmos nossa reuniões ordinárias, para a nossa surpresa quando nós destacamos a organização desta reunião, quando encaminhamos a solicitação de passagens somente oito conselheiros tinham a sua situação regularizada em relação a essa prestação de contas, nós temos um processo que é um tanto burocrático mais é o que ta colocado e nós temos que cumpri-lo, então isso demanda uma serie de telefonemas, e-mails, enfim, muitas vezes as reuniões são truncada em função da não compreensão dessa rotina que não foi instituída por nós, é uma rotina do serviço publico federal a qual nós temos que cumprir. Então eu pediria aos senhores que por gentileza ao retornar nos remetam, nós já colocamos um envelope com o carimbo e endereço, você só precisa colocar o remetente, colar o envelope e por gentileza correspondência registrada também, pra que no caso de extravio vocês tenham como provar o encaminhamento. Nós, em? O secretario Alex tem uma outra agenda e se vocês quiserem aqui fazer uma saudação, fiquem a vontade, por que estamos aguardando o ministro e o secretario adjunto que estão descendo, a agenda do secretário Alex agora uma agenda bastante nervosa. Alex.

Alex:

- Alô. Boa tarde a todos e todas, dizer que infelizmente eu não vou poder participar da reunião aqui do conselho, tinha muito interesse em participar dessa reunião tanto hoje quanto amanhã, dado a importância do conselho para a definição das ações que a CEPI realiza e monitoramento, também do ponto de vista da crítica e do próprio aperfeiçoamento de nossas ações, evidentemente que o Ministro Edson vai relatar aqui para os senhores, que após a conferência, um dos resultados importante é o fortalecimento da agenda social de quilombo, desse ponto de vista há um trabalho intenso do governo que vai além da CEPI, é ministério da saúde, minas e energia, cidades envolvidas no sentido de ampliar mais ainda as atividades realizadas para quilombos, o Ministro Edson tá num processo de agenda em outro estado com governadores, e somente aquele que tem algumas noções articuladas para a gente conseguir ampliar essas ações visitando algumas comunidades e a idéia é que, a partir dessa visita agente consiga estabelecer uma agenda com o governo federal, o governo do estado, daí o estado priorizando aqueles municípios, aquelas comunidades que tenha as condições efetivas de ser realizadas ações, é uma ação importante, o balanço que nós temos desse processo em dois mil e sete, o governo federal através do programa Brasil Quilombola investiu cento e noventa e sete milhões de reais em áreas quilombo, em dois mil e oito chegou-se a duzentos e cinquenta e seis milhões e nós precisamos ampliar ainda mais essas ações e para isso efetivamente nós vamos precisar do apoio efetivo do governo do estado, porque o grande entrave de realizações das comunidades quilombolas hoje são: - apresentação de projetos também de algumas ações de quadros técnicos, é o caso do programa saúde bucal e saúde da família, tivemos em Pernambuco e lá é uma dificuldade em ampliar as equipes, é ter profissionais capacitados para fazer isso, o estado tem interesse, construções de casas, além de você tirar todas as ações que exijam contrapartida do Município, projetos, ainda há uma grande dificuldade do município apresentar ações, então o estado precisa entrar com essas ações efetivas, nós acabamos de ter uma vitória importante, numa negociação envolvendo a Casa Civil, CEPI e FUNAI que é as ações de saneamento básico em área de quilombo, um grande dificultador era ter o projeto, além de disponibilizar recursos o governo federal vai também disponibilizar o projeto diretamente para as prefeituras, então a prefeitura só vai entrar, o papel dela só será o de operacional o trabalho, monitorar a obra após a conclusão, isso é uma tarefa que exige da CEPI todo um trabalho de articulação Dentro do governo federal e também com o governo do estado e município e também esse trabalho de cultura social e portanto o conselho ele tem esse papel fundamental que para todos nós, então aqui eu queria passar para o nosso Secretário, nosso Ministro já chegou, assim eu agradeço esse momento aqui tive aqui com vocês.

Apresentadora:

Brigado subsecretário Alexandre, bom trabalho para você, e já na sequência, por favor, doutor Eloy, por favor, assumo aqui o seu lugar a mesa para começar a apreciação das moções conforme deliberação da plenária da Segunda Conferência Nacional as moções da Segunda CONAPI. Sim, eu vou, a Sandra tá lembrando que o Ministro ao assumir as condições dos trabalhos fará também um breve balanço da Segunda Conferência e aí na sequência nós passaremos a apreciação das moções, então passo a palavra ao ministro Edson Santos. Boa tarde Ministro!

Eloy:

Primeiro bom dia, boa tarde, começou tudo errado! Eu quero dar as boas vindas aqui a todos os conselheiro, em particular a conselheira Glaucia e a Leci Brandão, que hoje assume a função de Conselheira, a Conselheira Glaucia do Ministério das Relações Exteriores e assinalar a presença do nosso Ouvidor Humberto Adame que já foi devidamente apresentado.

(Inaldivel) [...]

Eu não vou ler aqui não os novos, os demais conselheiro que estão assumindo, mais todos são muito bem-vindo aqui ao nosso conselho. Rapidamente até porque o tempo passa rápido, do ponto de vista da conferência nossa eu to reproduzindo aqui uma percepção da direção da CEPI então não é uma avaliação pessoal minha, mais o que nós extraímos da conferencia em primeiro lugar é que ela foi vitoriosa no sentido de que consegui cumprir com toda a sua pauta, num ambiente de companheirismo, de fraternidade, é evidente que a disputa aconteceu e tinha que acontecer mais em um ambiente que permitiu a troca de idéias, a conversa, acredito que o crescimento de cada um de nós que participou desse processo de conferencia e do ponto de vista do efeito político para fora, muitos que apostavam que nós não conseguiríamos dar conta da conferencia, que não teria ambiente para discussão, ela foi uma comprovação do contrario, da maturidade, da delegação participante e com isso tivemos condição de sempre mediar, conflito, debate, levando para o caminho do dialogo, então acho que tivemos momentos complicados, difíceis mais que foram superados a partir desse espírito que presidiu a conferencia. Até mesmo setores que saíram insatisfeitos da conferencia, por conta de que suas concepções não foram plenamente absorvidas pela maioria da conferencia, o caminho nós estamos buscando adotar é exatamente do dialogo, a direção não entende que conseguiu derrotar um segmento do movimento negro de concepção, nós não entendemos dessa forma, achamos que no conjunto tos tivemos um saldo muito positivo de vitoria, agora é preciso que as divergências ali apresentadas sejam debatidas, esclarecidas, ninguém ta com a pretensão de convencer ninguém, mais que o dialogo se de num ambiente de respeito, eu já comecei no final de semana que passou a fazer dialogo, sábado que passou eu já tava falando com o pessoal do MNU, que é um seguimento importante, do movimento social, dialogando com eles e colocando que a parte entendimento diferente que nós temos, as portas estão abertas para o dialogo de nossa parte, é importante, que a disputa se der em um ambiente positivo e ate mesmo criticas e observações que um segmento ou outro tenha a respeito do conteúdo da nossa deliberação política, serve também para nos enriquecer, eu acho que essa é a melhor forma, não deixar consolidar divergências mais discuti-las. A conferencia ela teve uma fase de preparação que e foi fundamental para a gente chegar ao ambiente, foi visita previa de membros da CENPIR, e ai é importante ressaltar o papel do conselho no processo de preparação da conferencia, no acompanhamento das conferencias nos estados e isso foi fundamental para criar um ambiente mais descontraído, para que as pessoas viesse para a conferencia com o espírito aberto para o debate, para a discussão, eu acho que essa fase de preparação e a contribuição dos membros do CENPIR nas conferencias estaduais foi fundamental para a gente chegar a ter em nossa conferencia, alem do CENPIR nós buscamos eu enquanto ministro ter um dialogo como os movimentos sociais explicitando a nossa posição, colocando em nossa visão o que era central do ponto de vista da conferencia que era um ambiente que propiciasse a consolidação das políticas da promoção de políticas de igualdade raciais entendidas enquanto uma política de responsabilidade do estado brasileiro então esse é o norte. Ai como isso se dá é que o pau come. mais felizmente foi num ambiente muito

tranquilo. Outra questão, por fim, é a questão de nós termos concluído toda uma discussão e uma negociação em nível de governo do nosso Plano Nacional da Promoção da Igualdade Racial, o plano APIR. Agora já estamos ultimando a composição do comitê de articulação e monitoramento do plano APIR, cada órgão de governo tem que nos indicar uma pessoa para integrar o Conselho, o Comitê Gestor, do nosso plano APIR, que é exatamente pra gente ter condição de monitorar, de acompanhar a implementação das políticas e não deixar o plano APIR para ser avaliado para daqui a um ano. Na verdade ele exige uma avaliação constante, um monitoramento constante e cada companheiro que vai integrar, além dos conselheiros, dos indicados pelo CNPIR, também vão compor o Comitê Gestor, cada companheiro de Ministério, servidor de Ministério que estiver representando sua pasta terá condição de nos situar do andamento, das dificuldades, para que a gente possa resolvê-las no curso da vida, durante o processo. Então a nossa visão da conferência foi essa se não de uma forma muito rápida, muito sucinta, apenas para que os companheiros e companheiras tenham noção da do eixo de compreensão da direção da CPIR, nós vamos passar a discussão de moção, isso não quer dizer que após essa fase de moção as pessoas não possam fazer observação sobre a sua avaliação do que enxergou em termos da Conferência Nacional. A fase de moção, eu queira colocar o seguinte: a moção ela é um instrumento que o delegado ou grupos de delegados tem para expor sobre determinado tema para manifestar posição sobre determinado assunto que vai além da pauta da conferência. Eu, eu quero submeter aos conselheiros o seguinte: se formos ficar discutindo cada proposta de moção aqui nos seus detalhes de vírgula, pontuação e etc, e também nos meandros do que a proposição a gente começa essa reunião agora e não sabe quando termina, nós temos oitenta e duas moções, oitenta e sete, e não só por isso, eu acho que a gente tem que absorver, de certa forma, uma certa manifestação das pessoas que participaram da conferência e que construíram moções para tratar de um determinado tema que não teve espaço nos temas tratados em nossa conferência, nos grupos de trabalho e etc. Qual é a minha sugestão: é que aquilo que não fira, não seja algo que leve constrangimento para os companheiros de plenário e até para nós de governo a gente deixe fluir. Uma sugestão para que um determinado órgão de governo atue dentro de um determinado parâmetro ou até mesmo uma visão crítica sobre uma determinada questão de governo, que não seja uma agressão, isso na nossa posição aqui, será de deixar fluir para que as pessoas tenham noção de como a plenária da conferência se colocou sobre os mais variados temas e aonde tiver problema a gente para e discute. Eu acho que o que não for assim essencial, que não fira a visão política, não cause constrangimento, a gente deixe fluir, para que não fiquemos discutindo aqui questões secundárias e deixando de aproveitar nossa conferência para aquilo que é a nossa reunião do CNPIR para as questões que são fundamentais, até porque a moção ela não tem impacto direto nos desdobramentos da nossa conferência, que é exatamente a fase de resolução que foi plenamente atendida na plenária de nossa conferência, não ficou nenhum ponto de discussão da conferência sem a devida deliberação da plenária, então isso que é o que eu acho de fundamental, e a questão de moção a gente deixar a liberdade de expressão se colocar com mais clareza. Edson parece que ta querendo falar sobre esse ponto.

[inaudível [...]]

Ministro Edson Santos

Bom a sugestão é o seguinte: a gente ir lendo e passando. Nós temos uma avaliação [inaudível [...]] fizeram uma avaliação muito criteriosa, mais eu diria que seria interessante ir lendo e a gente ir resolvendo uma por uma com tranquilidade até porque

as pessoas tenham noção do conjunto de moções que foram apresentada, não dá pra fazer um julgamento prévio [inaudível [...]]

Voz masculina

Regina quer falar?

[inaudível [...]]

Voz feminina

As moções, as oitenta e sete moções que a gente aprove em bloco e apresente destaque no que se tiver, eu por exemplo, tenho um destaque, mais eu acho que algumas pessoas poderiam dar uns cinco minutos pra passar uma vista e aprovar em bloco porque oitenta e sete moções vai tomar bastante tempo.

Voz masculina

- Vocês tem? Todos tem cópia? Do conjunto de moção? Então pode ser assim.

[inaudível [...]]

Voz masculina

- Quinze minutos. Está bom pra leitura?

[inaudível [...]]

Nós demos os quinze minutos elásticos. Bem elástico.

[inaudível [...]]

Podemos recomeçar?

[inaudível [...]]

Estão não! Está reaberto o trabalho. O trabalho.

[inaudível [...]]

Bom de acordo com o que foi encaminhado. Agora nós partimos primeiro para a aprovação das moções em bloco. Certo? Em votação o conjunto de moções aqueles que concordam permaneçam como estão. Aprovado!

Agora nós vamos partir para os destaques. Certo? Aprove em bloco e agora dando seqüência, vamos partir para a apresentação de destaques. Os conselheiros que tiverem algo a destacar, por favor, queiram se manifestar indicando qual é o tema. Ministra Gláucia. Um microfone lá para a Ministra Gláucia. Ministra Conselheira.

Ministra Gláucia

- Obrigada Ministro. Boa tarde a todos. Eu conheço alguns outros não, mas é um prazer estar aqui com todos vocês e fazer parte deste conselho. Eu, particularmente, nós estávamos aqui conversando sobre esta moção requerente a Palestina e nós temos duas moções, um sobre os problemas dos refugiados que é tratado não pelo meu departamento, meu departamento é mais Direitos Humanos e temas sociais, mas que

nós não temos, não vemos grande problemas. Vemos problemas nessa outra, na moção sobre Palestina, e nós tivemos discutindo aqui com o [inaudível [...]] e do ponto de vista do Estado Brasileiro, que nós temos defendido, temos defendido esse ponto da Palestina e temos defendido isso é nos organismos internacionais e mesmo bilateralmente tanto com Israel quanto com as autoridades Palestinas. O Itamarati tem estado ativo nessa, na defesa dos direitos do povo palestino e o Ministro Celso Amorim já por várias vezes foi até o território, hoje em dia, em conflito, para tentar fazer assistência humanitária, tentar mediar a situação entre Israel e as autoridades Palestinas, mas nesse Conselho nós temos a visão de que tratar desse tema, que não seria mal se tivesse refletido de outra maneira na resolução é que na moção que hoje nós temos em frente da gente pra aprovação, não em relação a alguns argumentos a algumas palavras, algumas, alguns conceitos, por exemplo, como no caso da Palestina, não é Palestina e sim Gaza, e nós defendemos, por exemplo, na, no texto tem o retorno dos palestinos, nós defendemos o retorno e outras formas de compensação negociadas e tem também algumas menções, menções a Israel, se eu não me engano, como a capital, eu estou sem o texto aqui, mas como a capital da; perdão, deixe eu ver o texto; obrigada. É a parte de Jerusalém Oriental como capital e tudo mais, quer dizer, são posições, o que eu queria deixar claro aqui o Itamarati defende, o Itamarati, nós como estado brasileiro, nós temos defendido, temos dado apoio ao povo palestino, temos defendido a causa palestina, mas tem certos, certas introdutórias aqui, como por exemplo, Jerusalém Oriental, isso não está sob discussão nesse momento no plano externo, eu acho que não cabe a nós como Conselho Nacional de Promoção e Igualdade Racial propor, fazer propostas nesse sentido, quando estas propostas sequer estão sendo colocadas na mesa do ponto de vista político externo, de política externa, então eu acho que a gente tem que ter um pouco de paciência, temos que estudar isso, discutir isso um pouco mais, evitar que as pessoas ou que outras instituições possam ver na aprovação de uma moção dentro de um Conselho Nacional de Promoção Racial, como uma ressurreição de um conceito que nós, estado brasileiro, já não reconhece que é o de sionismo como racismo, hoje em dia isso não é mais, eu sei que essa não é a conotação do nosso, do nosso conselheiro que propôs a moção, mas certamente a repercussão disso será no sentido de que nós estamos aqui como Conselho ressuscitado esse conceito de sionismo como racismo, então eu, enquanto Itamarati, eu me, me candidato aqui a estudar com o patrocinador desta moção, a estudar com ele uma forma de colocar a preocupação com a questão palestina, mais uma maneira em que possa ser, que não fira ao que nós viemos defendendo lá fora ou que introduzindo conceito, estabelecendo conceitos, estabelecendo propostas que, não cabe a este conselho decidir, e sim as autoridades, nem a mim lá do Itamarati, e sim ao próprio Ministro como é o caso da do da palestina é assunto que vai até o gabinete, então eu queria colocar isto, quero colocar, Ministro, a disposição pra que a gente possa ver, discutir isso numa outra oportunidade, se for possível adiar isso, pra que nós possamos conversar com o apresentador da moção, do conselheiro, inclusive levando e colocando um texto que reflita as nossa preocupações, mas sem inovações que nós não podemos assumir, nem quanto Itamarati, nem quanto ao Conselho. Obrigada!

Voz masculina

- Bom. Citado pela conselheira Gláucia, eu concedo a palavra ao Arísio. Desculpe aqui, como estou na representação, estou tendo aqui o primeiro contato contigo hoje e ainda não gravei seu nome. Desculpe! Assim como a conselheira, cinco minutos, acho que é o suficiente.

Arisio

- Meu respeito a todos os demais conselheiros, especialmente meus cumprimentos aos que tomam posse nessa data. Meus profundos respeitos a Ministra Gláucia e ao Itamarati, dizer que, em primeiro lugar, as posições do governo brasileiro são bastantes adequadas quando versam sobre as questões do Oriente Médio. Especialmente no que toca a questão palestina, e nos últimos conflitos, nós sabemos qual é posição brasileira, bastante resoluto, na qual, inclusive, por alguns momentos, nas próprias palavras do próprio Presidente, do próprio Ministro Celso Amorim, não deixaram de faltar palavras bastantes duras ao condenar alguns dos episódios que se deram nos últimos anos e no que toca ao item três desta moção, o texto original, ele tem a palavra Gaza, estou aqui com o texto original, na verdade não era Palestina, portanto, houve uma redação ampliada que colocou Palestina ali, mas na verdade é Gaza, então não há esse conflito, exatamente.

Todos que conhecem a militância nossa, sabem que nós nunca constrangemos a política externa brasileira, nunca exigimos que o Governo Brasileiro tivesse essa ou aquela posição a priori e etc, e sabem também que essa moção foi tirada depois de um certo calor, num sentar mais equilibrado. Alguns sabem como ela foi redigida e etc. Então ela pretende de modo algum trazer circunstâncias a dar-nos a postura brasileira nos foros internacionais, Ministra Gláucia, de modo algum, e talvez acatando respeitosamente a colocação vossa e que remetemos isso a uma discussão mais profunda que ao mesmo tempo que tivéssemos como compromisso que se respeitasse a alma do que se pretendeu com esse texto. Ele de modo algum quer ressuscitar fantasmas já sepultados, não é. E se por ventura isso chegou a passar pelas cabeças de quem quer que seja que tenha sido como precaução, não como suspeita a nossa posição. Então eu sugiro que em virtude dessa circunstância, e em virtude de nós não podermos transformarmos isso numa batalha do Conselho, remetemos a uma discussão com o compromisso declarado de que na próxima oportunidade este mesmo Conselho analisará esta moção. É isso que eu entendo. Foi isso mesmo que eu entendi? Pelo menos entender o que os outros sugerem eu estou conseguindo.

Ministro Edson Santos

- Como?

Arísio

- Pelo menos entender o que os demais estão sugerindo eu estou conseguindo então

Ministro Edson Santos

- É sinal que estamos avançando.

Arísio

- Então está bom, Ministro. Então eu acato o encaminhamento sugerido pela Ministra e damos seqüência a reunião do Conselho. Pode ser?

Ministro Edson Santos

Alguém gostaria de se manifestar sobre o tema? Ministra Gláucia.

Microfone. Quem deseja? Por favor.

Voz masculina

- Senhor Ministro é sobre a moção vinte e cinco. Sobre assuntos diversos. Eu queria, eu tenho um esclarecimento a fazer e não se é agora o momento.

Ministro Edson Santos

- Eu queria fechar agora esse tema da Palestina

Voz masculina

- Tá isso é um outro tema.

Ministro Edson Santos

- É outro assunto.

Ministra Gláucia

- Obrigada Ministro. Não, eu só queria deixar claro, até então, se podemos acordar assim, nós poderíamos conversar sobre isso, talvez até propor uma outra linguagem pra essa moção, se for o caso, conversássemos e tudo mais, porque do jeito que está nós teríamos que tirar alguns elementos aqui, então não adiantaria nós voltar a discussão, teria que está embasado esta nova consideração pelo Conselho, teria que estar embasada em um outro, em uma outra moção em que se refletisse a preocupação ao povo palestino, em relação as nossas preocupações também de estado, como estado brasileiro, e que pudéssemos chegar a um termo comum, para que pudéssemos colocar em consideração do Conselho na próxima reunião. Muito Obrigada!

Ministro Edson Santos

- Sobre o assunto.

Olha só, na fala dele nós vamos encerrar pra poder avançar.

Caso não suscite outra polêmica.

Voz masculina

- Bom. Só uma observação. Que eu apoio a discussão posterior, mais eu queria já deixar também engatilhado uma discussão da relação do governo brasileiro com outros países, que o Conselheiro Cláudio já trouxe uma dimensão aqui do problema do Haiti e a gente acabou não avançando. A relação com os países africanos. Então tem uma série de situações, eu acho, da política externa brasileira, ela deve ser trazida aqui como a Palestina, eu concordo plenamente, mais eu queria lançar proposta também num outro momento a gente pudesse também abordar essas outras relações que são sérias, por exemplo, questionamento sobre a postura do Exército Brasileiro no Haiti, como é que tá essa... já foi trazido aqui e não avançou e também algumas questões que surgem no continente africano que também nos interessa, então acho que num outro momento poderia ficar, também ampliar, pegando esse ponto. É uma sugestão.

Voz feminina

- Conselheiro Altair. Só a título de informação, eu já havia conversado com conselheira Gláucia sobre esse ponto que é pendente a nossa pauta, em relação ao Haiti e ele não ocorreu ainda em função de choques de agenda, com a pessoa do Ministério das Relações Exteriores que viria fazer a fala aqui, por isso é que ele foi postergado, mais já esta previsto pra nossa próxima reunião em outubro.

Ministro Edson Santos

- Nós vamos pautar uma reunião pra tratar da questão internacional, se não a gente não dá segmento. Pois não!

Voz masculina

Foi suscitado essa questão do Haiti. Veio no Brasil, há poucos dias, dois haitianos, sindicalistas de duas centrais sindicais, uma de trabalhador de serviço público e outra de trabalhador de serviço privado, e nós estamos formado aqui no Brasil uma Comissão Internacional de Inquérito, que vai ser patrocinada pelo Eduardo Galeano que é um famoso militante de direitos humanos uruguaio, se não me engano, que vai em setembro no Haiti, se a gente pudesse se alguma forma dialogar com essa Comissão Internacional de Inquérito pra também no momento dessa próxima, desse diálogo sobre o Haiti que vai ter aqui no Conselho a gente trazer um pouco mais de informações sobre a situação atual do Haiti. A gente sabe que essas situações são situações que mudam muito repentinamente.

Ministro Edson Santos

- Está anotado. Vamos passar para o outro ponto?

A sugestão pra que a gente não fique indo num bloco e voltando, nós temos índice de moções sobre diversos assuntos. Sobre o Estatuto da Igualdade Racial. De vários índices. A gente vai citando o conselheiro tendo destaque a fazer sobre aquela moção, sobre aquele índice, sobre aquele bloco de moções, se levante e faça o seu destaque. Pode ser assim? Que aí a gente vai. Vamos então como Padre Ari já tinha levantado sobre diversos assuntos. Tem o Padre Ari, a Regina e Adami.

Voz masculina:

[inaudível [...]]

Ministro Edson Santos

Não, para recurso não, para apreciação do Conselho, pra colhimento ou não da moção.

Voz masculina:

- Se o conselho não acolher acaba?

Ministro Edson Santos

Acaba, acaba . a conferencia, pelo meu entendimento, delegou ao Conselho essa responsabilidade.

Voz masculina

[inaudível [...]] aderir a possibilidade de recurso, mais já que entendimento não é esse, pra mim tudo bem.

Ministro Edson Santos

- Até porque seria impossível ter aquele pleno da conferência para analisar o recurso, então nós entendemos que daí é razoável também se não vamos ter que esperar outra conferência pra analisar o recurso. Certo Edson? Bacana então. Padre Ari. Tem a Regina e o Padre Ari, destacando diversos assuntos, e o Edson.

Padre Ari

- Eu pediria que nós tomássemos a moção de número vinte e cinco, como a moção de repúdio ao acordo da República do Brasil e a Santa Sé. Essa moção aqui ela tem uma questão de escrita equivocada. Que esse acordo, é um acordo entre Estados, a Santa Sé, o Vaticano é considerado um Estado. Com governo próprio. Então já tem acordo com mais de cento e trinta países e havia uma insistência que fosse assinado um acordo do Estado do Vaticano com o Estado Brasileiro. Sem incidência interna, digamos no Brasil,

então o segundo parágrafo, quando fala que cada bispo seria considerado um Diplomata, essa afirmação, ela não procede, nós teríamos mais de quinhentos Diplomatas no Brasil, não procede isso; e uma outra questão esse acordo uma vez que assinado, ele não interfere naquilo que o Brasil já tem em torno de leis da liberdade religiosa, enfim tudo aquilo que coloca aqui o artigo dezenove e o artigo terceiro, então eu não sei sobre a escrita desta moção há uma série de equívocos que precisaria retomar isso, sobretudo esse primeiro, que os bispos não se tornam Diplomatas, o único Diplomata do Vaticano no Brasil é o Eunúncio Apostólico que é o decano de todos os Diplomatas.

[inaudível [...]]

Voz masculina

- Eu não tenho conhecimento desse acordo. Se é um acordo que trás privilégio há um segmento exclusivo, eu acho que merece um posicionamento da sociedade brasileira, que o Estado é laico, então eu acho que a idéia, eu remeteria também a mesma proposta que Ministra fez, a gente entrar pra dentro desse acordo, ver se de fato é um acordo que privilegia uma religião em detrimento de outras, pra gente ver se mantém ou não essa moção. Então a princípio eu não trabalharia a idéia de rejeição, trabalharia a idéia da gente entender melhor esse acordo aqui.

Ministro Edson Santos

- Olha só. Deixa eu colocar. Eu tenho uma informação aqui da assessoria parlamentar, que essa, esse acordo ainda não foi referendado pelo Congresso. Então nós estamos repudiando algo que ainda não existe. Certo? Então já houve uma discussão, eu pensei que tivesse sido aprovado, mais não foi referendado, então é uma discussão que está certo? É uma moção que não procede, que não tem consequência. Estou correto? Prejudicada. Próxima é Regina.

Voz masculina

- Entendendo o encaminhamento que o Ministro deu, como sendo o melhor encaminhamento dos argumentos apresentados, eu quero propor que esse projeto de lei que está tramitando no Congresso Nacional seja objeto de pauta deste Conselho Nacional. Que é a melhor saída. Nós temos muitos problemas religiosos entre nós, aqui no Conselho, e é importante que nós tomemos conhecimento do que se trata o projeto de lei do acordo internacional que o Brasil está firmando aí com a Santa Sé.

Ministro Edson Santos

Está perfeito. Perfeito. Pois não.

Voz feminina

- Luciana Mota, Fundação Cultural Palmares. Endossando o que o Conselheiro Cláudio acabou de falar, nós temos organizações do movimento de mulheres que tem pautado esse assunto na mídia, principalmente na mídia eletrônica, já levando a sociedade para uma reflexão sobre esta questão especificamente. Se não foi votado ainda, nós temos a certeza que , não se usa mais o lobi, mais a gente sabe que está acontecendo o debate, discussões, dentro do Congresso, pra que isso venha acontecer, então eu concordo que seja a pauta em próximas reuniões deste Conselho, esse tema.

Ministro Edson Santos

- Perfeito. Vamos ter aqui um debate sobre relações internacionais. No SENEMPIR. Regina. O microfone pra ela.

Regina

- Eu queria fazer algumas reflexões sobre a moção oitoB, índices do assunto diversos, que trata de moção de apoio e reparação a Maria Celsa, assim como a oito A, que é a moção de apoio e reparação do Estado Brasileiro pelo danos causados, sofridos em danos da violência doméstica em oitenta e sete. A Maria Celsa é um caso que a gente tem acompanhado a bastante tempo, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher ele existe desde mil novecentos e oitenta e cinco, o caso dela aconteceu em mil novecentos e oitenta e seis, onde ela alega que houve um processo que o ex-namorado tocou fogo no corpo dela. Enfim, uma separação provocando o aborto e uma série de questões. Esse caso, ao longo do tempo tem sido quando o Ministério Público encaminhou contrário esse processo e inocentou o réu, aí eu não quero fazer juízo de valor sobre se ela tocou fogo no próprio corpo, essa é uma alegação forte ou se o sujeito tocou fogo no corpo dela, a questão é que essa mesma moção ela trata do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que hoje é um órgão consultivo da Secretaria Especial de Políticas pras Mulheres e ao longo desse tempo nós tivemos todas as gestões e o próprio Conselho teve as gestões para que a Maria Celsa tivesse toda a possibilidade de atendimento. A época a presidenta do Conselho era a Jaqueline Pitanguí, ela foi encaminhada, veio de Rondônia para o Rio de Janeiro, todas as operações foram feitas pelo doutor Ivo Pitanguí, assim como foi encaminhado já agora nesta gestão da Secretaria Especial de Mulheres pela ouvidoria a questão do pagamento de pensão de aposentadoria para ela. A Maria Celsa, ela não aceita o pagamento de aposentadoria, ela quer uma, uma, uma forma de indenização e o que nós encaminhamos, pudemos encaminhar, uma reparação que ela quer pelos danos sofridos, ela vai ter que recorrer a corte da OEA. Ela perdeu em todas as instâncias o caso no Brasil, e agora ela vai ter que ir como no caso da Maria da Penha, recorrer a OEA, pra uma revisão do processo. O processo não pode ser reaberto no Brasil porque ela não trouxe nenhuma prova nova que dissesse que aconteceu o fato, certo? E durante esse tempo todo temos tentado dar, temos dado apoio no que é possível, mais a questão da saúde, ela não aceita mais é que o prosseguimento do processo de saúde dela seja pelo SUS, ela quer a saúde privada, que o Estado Brasileiro pague a saúde privada e que nós não podemos pagar essa saúde privada, ela quer uma indenização pela Secretaria de Direitos Humanos, que é a indenização que tem dentro da Secretaria de Direitos Humanos, que são para os presos políticos que não cabe ao caso dela, então e a reparação política que é no nome da lei que ficou Lei Maria da Penha, por Lei Maria da Penha porque é o primeiro caso de condenação do Brasil na corte internacional. A Maria da Penha, ela é um símbolo só por isso porque ela é o primeiro caso onde que o Brasil foi condenado a pagar e condenado a fazer medidas pela OEA, então e o caso dela não chegou a OEA, ela vai ter que recorrer a alguma entidade do movimento de mulheres, vai ter que trabalhar junto com ela pra fazer esse recorrimento na Suprema Corte. Então a forma como que ela coloca a moção dela que ela quer pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher esse pagamento, essa indenização financeira e de saúde o próprio Conselho não pode, o Conselho não tem hoje nem um tipo, o Conselho não tem nem verba, ele é um órgão consultivo da Secretaria Especial de Políticas pras Mulheres, isso teria que ser mediante a Justiça, no caso dela tem que ou ter provas novas ou recorrer em outros espaços. Eu queria deixar aqui um relatório pro Ministro, de todas as ações que foram feitas pela ouvidoria da Secretaria Especial de Políticas pras Mulheres, ela é o caso número três da ouvidoria, que se instalou em dois mil e três e todos os procedimentos que foram feitos para que a Maria Celsa pudesse ter o melhor conforto, inclusive a localização filha dela via Secretaria Nacional de Segurança Pública, que ela perdeu o contato logo depois do

acidente e a gente conseguiu localizar no Ceará. Então eu queria passar aqui pro Ministro todas pra consulta, todo o procedimento que foi feito pela Secretaria e eu queria essa moção que a gente pudesse discutir para que ou ela mudasse os termos ou ver como que a gente poderia trabalhar na rejeição.

Ministro Edson Santos

- Aqui é acolher ou rejeitar.

Regina

- Rejeitar.

Ministro Edson Santos

- Alguém se manifesta em contrário? Rejeitado. Mais alguém de destaque? Oito A e oito B! Estamos votando em bloco. Sobre diversos assuntos, Cláudio.

[inaudível [...]] desculpe.

Edson

- É o seguinte. A moção aqui número quatro Durante a Conferência foi-nos solicitado apoio a essa moção. Nós entendíamos na ocasião e ainda entendemos que não se começa uma discussão pelo nome, então nós tínhamos assim pouco acúmulo sobre o nome dessa pessoa que está colocado aqui e nós não manifestamos nosso apoio a ela, então nós como aqui é ou rejeição ou manutenção, não tem meios de resolver a redação, então nossa proposta é pela rejeição.

Ministro Edson Santos

- Esclarecer quem é o Prudente. Prudente é um militante do movimento Negro do Rio de Janeiro, de longa data. Ainda jovem se empenhou muito nos estudos, formou-se em Direito, fez prova pra Procurador do Ministério Público do Trabalho, foi aprovado, hoje ele é Procurador do Ministério Público do Trabalho e há um movimento no Rio de Janeiro, de movimento social, diversas lideranças do movimento social indicando-o pra essa vaga no Supremo Tribunal, então eu diria que é uma sugestão da moção que sugere isso, do ponto de vista de Governo não creio que cause nenhum tipo de constrangimento e eu diria, Edson, que ele não, a sua história não causa constrangimento e não degusta. Agora se você.

Edson

- Eu queria, viu Ministro, deixar aqui bem explicitado pro pessoal que eu não estou questionando o nome do Nilson Prudente, não estou questionando o mérito, se ele tem capacidade, se ele não tem, qual o histórico dele, de onde ele vem. Mas o processo como essa moção aconteceu, por exemplo, eu não sabia que o Rio de Janeiro estava fazendo esse movimento.

Ministro Edson Santos

- Os Delegados, não foi o Rio de Janeiro.

Edson

- Exatamente. Então a discussão fica mais complexa ainda, mais eu tenho apreço a todos os militantes que dedica, e todos os homens e mulheres que dedica a causa racial e não tem capacidade nenhuma de vetar nome, não é isso.

Ministro Edson Santos

- Qual a sugestão?

Voz masculina

- Sugestão de abrir o impasse que se ficou, se colocou aqui, em razão de eu respeitar, nós temos um costume entre nós, respeitarmos a nossa ancestralidade, tenho percebido o professor Nilson Prudente é uma pessoa de maior valia, inclusive por consideração dos companheiros militantes do Movimento Negro do Estado do Rio de Janeiro, eu queria propor que, que a gente fizesse com essa moção sobre o professor Nilson Prudente, até porque eu não me sinto tão confortável pra votar, que a gente pudesse aprofundar conhecendo a biografia do professor Nilson Prudente talvez que esse material pra gente não rejeitar, simplesmente rejeitarmos, como é o que o Edson também lamenta não poder fazer aqui a alteração do texto, se pudesse conhecer um pouco mais a biografia do professor Nilson Prudente, de alguma forma talvez documento que fosse encaminhado pra nós conselheiros e conselheiras, de alguma forma conhecer melhor a história do professor Nilson Prudente e a gente poder discutir e deliberar sobre essa moção no momento oportuno.

Ministro Edson Santos

- De acordo? Nós estamos jogando tudo pra frente, pro futuro.

Voz masculina

- Eu me sinto já preparado pra votar os relatos que veio da conferência, porque se não daqui a pouco todos os assuntos nós vamos ficar jogando pra uma próxima reunião e...

Ministro Edson Santos

- Você quer manter em votação?

Voz masculina

- Eu gostaria de manter e que fosse aprovado.

Ministro Edson Santos

- Bom é polêmica? É se decidir no voto.

Voz feminina

- É do nosso conhecimento que nós temos outros nomes também circulando para essa vaga, se porventura o Conselho de caráter nacional libere moção o nome de uma pessoa sem o devido cuidado dos outros nomes, a observação dos outros nomes, eu acho se comprometer demais, a gente poderia pelo menos saber quais são os outros nomes, tem outros nomes, tem nomes de mulheres, então nós somos um Conselho e a gente vai viabilizar, vamos assinar em baixo e o nome do Conselho pra o cargo da Procuradoria é a nossa responsabilidade, estamos assumindo isso, então esse é pro encaminhamento.

Ministro Edson Santos

- Cada intervenção aqui. Bom, olha só. Cada delegado aqui é soberano para indicar se o Conselheiro quer manter em votação, como é que vai fazer? Nós vamos encaminhar da seguinte forma: o Conselho se sente em condição de deliberar sobre essa matéria? Soberanamente decidido. Está certo? Em votação. Aqueles que acham que devemos deliberar sobre esta matéria hoje levante o braço.

Podem abaixar.

Aqueles que defendem o adiamento. Está adiado. [inaudível 1:20:09] por favor! Sobre esse tema podemos considerá-lo vencido

Próximo bloco. Estatuto da Igualdade Racial. Os Delegados que desejem se manifestar. Está. Há algum destaque neste bloco? Consideramos integralmente aprovado. Moção. Índice das moções sobre saúde. Temos onze moções. Algum destaque? Podemos ir? Podemos ir? Saúde. Aprovado. Claudinho, não tem nada pra falar Claudinho? Não fica aí. Você já vai falar agora. Índice das moções sobre terra. Claudinho.

Claudinho

- Eu quero contestar e pedir a supressão dessa moção número dois. E nossos irmãos e nossas irmãs, eu não sei se vão compartilhar comigo aqui, eu não entendi, do que o texto se inicia aonde ele termina, o que que ele quer dizer, então como eu não quero votar no que eu não tenho conhecimento eu queria propor que fosse suprimida essa moção da nossa relação de moções.

Ministro Edson Santos

- Dois da terra. Alguém tem alguma observação? Pela manutenção? Alguém?

Voz masculina

- Número dois do índice de moção de terra.

Ministro Edson Santos

Que não é uma reflexão. Podemos passar. Rejeitada. Mais alguma sobre terra? Bloco de terra aprovada. Qual o próximo bloco? Educação. Educação. Parece que aqui a gente está sendo flexível. O Governo está sendo pouco exigente nisso.

Professor Cabenguê

- A moção dois de repúdio a publicação e distribuição do livro Casa Grande Cezale, em quadrinho, eu acho que o livro tem realmente muitos problemas, e é um livro que reforça o preconceito contra índios, contra negros, eu pessoalmente fiz uma crítica a esse livro a pedido da própria editora e pedi que modificasse o conteúdo na segunda publicação e infelizmente não foi feito então o problema aqui é relações de fotos, pedi para não publicar um livro do Gilberto Freire, na sua integralidade e achei difícil, podemos pedir é a revisão do texto, uma nova publicação do texto, um revisão do texto, com base nas críticas que foram feitas sobre o livro. Além do mais o livro não fere a lei dez mil cento e trinta e nove, pelo contrário é utilizado no espírito da lei dez mil cento e trinta e nove, então eu pediria a modificação, no sentido de pedir uma revisão do livro, uma publicação com revisão.

Eu tenho ainda no meu arquivo, dez laudas de críticas que eu fiz sobre esse livro que encaminhei a editora Global, poderia eventualmente encaminhar aos colegas e ao Conselho pra ver se cabe fazer o encaminhamento nesse sentido.

Voz masculina

- Veja só. Como colocado aqui pra gente rejeição ou aprovação, a idéia é dado a observação do professor a gente rejeitaria a moção e pegaria o material do que o professor preparou pra editora e referendaria ele no Conselho e encaminhava.

Ministro Edson Santos

- Bom, na verdade aqui é o seguinte. Aqui eu interpreto assim, é uma manifestação de posição da Conferência em relação a forma, nem a questão é a interpretação dada a edição em quadrinhos do livro Casa Brande Cesale. Não é isso doutor? A moção não tem esse contexto? Então, é pedir pro cara fazer uma outra interpretação ou essa interpretação não é adequada?

Voz masculina

- O livro tem alguns problemas, em alguns textos, em algumas ilustrações, é possível modificar isso, mais não há como rejeitar o livro na integralidade.

Ministro Edson Santos

- Repete esse encaminhamento, Edson, por favor.

Edson

- Ministro, qual foi meu encaminhamento? Pela explicação do professor Cabenguele, a moção, da forma que está colocada aqui está inadequada, mas o livro tem problema e esse problema o professor preparou um parecer sobre os problemas que tem no livro, então a qual que seria a idéia nossa aqui, a gente rejeitar a moção, a moção ela não é encaminhada, pegar aquele parecer do professor e o Conselho referendar esse parecer e encaminhar esse parecer.

Ministro Edson Santos

- De acordo? É que eu tive uma coisinha de burrice aqui. E eu tava conversando com Eloy. Eloy tava me dispersando aqui. Mais alguma observação sobre índice de moções sobre educação? Pêra aí. Calma. Deixa chegar o microfone.

Voz feminina

- Falando sobre a questão da religiosidade. Colocaram aqui, inserir na educação religiosidade inter-relacionadas às religiões de matrizes africanas. Oito.

Primeiro as pessoas que estão aqui ligadas a isso poderia esclarecer melhor. E eu penso o seguinte, existe um artigo, eu não sei se é trinta se é trinta e três da LDB que obriga o ensino de educação religiosa, passando por esse princípio de que o País é laico e que as escolas também deveriam pensar assim e que não caberia as escolas estarem trabalhando isso, aí nós vivemos uma política, quem é da igreja, se a diretora é evangélica, todo mundo acaba entrando no rolo lá, se ela é católica tem missa, mais se não tem nenhuma diretora que se assuma do candomblé, portanto ninguém fala de candomblé, e eu estava conversando com a minha mãe, minha mãe de casa, de santo, e ela dizendo como foi que a gente quando criança era preparada e ia pra escola mesmo com a obrigação dessas coisas que não está bem claro aqui na nota, mais clara no texto, sobre a religiosidade número oito, que no final não fala isso, não fala desse artigo, o que se na verdade o que nós estamos querendo a inserção dessa discussão na escola ela tem que passar pela questão do artigo trinta e três, que obriga o ensino, porque ele ainda não caiu, porque o nosso desejo agora na CONAI é derrubar esse artigo, que obriga o ensino

religioso na escola. Eu acho que isso aqui pra pensar eu, nesse caso aqui, quero que outras pessoas se manifestem e falem: eu rejeito essa proposta da forma como ela está escrita aqui. Proponho isso.

Voz masculina:

Padre Ary?

Não, é Maria Aparecida, depois Padre Ary.

Voz feminina:

- Conselheira Ana José mato grosso do sul.

Voz masculina:

- Foi uma seção de enganos.

Voz feminina:

- Foi um lapso.

Aqui no item.

(Inaldível) [...]

Eu gostaria de fazer uma moção e pedir pra diminuir o ar aqui, porque tá muito frio.

No cinco.

Voz masculina:

- Perai, esta no oito, que você vai falar sobre o oito?

Voz feminina:

- Não.

Terminar o oito primeiro. Item oito, padre Ary no oito.

Padre Ary:

Eu quero defender essa moção até porque ela é extremamente positiva para o pessoal das religiões de matriz africana, aqui diz respeito à questão da visibilidade, e a lei nacional de educação, ele trabalha com essa perspectiva do ensino religioso nas escolas, ela assegura que o Estado é lalico mesmo, mas também diz que a escola ela deve trabalhar o ensino religioso não da perspectiva dessa ou daquela religião, o Estado tem que, então digamos, apresenta essa disciplina e o aluno tem liberdade pra se inscrever nessa disciplina ou não. Só os Estados da confederação é que vão decidir como é trabalhada a disciplina de ensino religioso. O que está muito claro, é que não pode mais trabalhar confessionalidade. Uma professora que vai pra sala de aula, sendo ela digamos, católica, ela vai par sala de aula defender a fé católica ou vai defender a fé evangélica, isso é proibido por lei. Então o Estado oferece a disciplina, dentro de uma proposta de discussão por unidade da federação que tem lá sua entidade, que define quais são os conteúdos que devem ser trabalhados. Desde que não firam a questão da liberdade religiosa. A experiência do Rio Grande sul é interessante por que ali está aparecendo oportunidade de nas escolas trabalhar justamente a temática da religiões de

matriz africana., numa perspectiva positiva, então eu digo, pensa muito bem que essa moção ela pode ter elementos de positividade sim.

Voz masculina:

- Então vamos dar consequência, a conselheira falou, o padre esclareceu a opinião. O Padre Ary. Então rapidamente pra gente poder.

Voz feminina:

- Eu me sinto esclarecida, mas a gente tem que ler item por item dessa proposta, então ficaria melhor, por que aqui fala de qualificar babalorixá, e alorixá, pra atender a escola, esse não é o papel da Ialorixá nem da babalorixá. Então se agente lesse a proposta melhor, toda ela, poderia então entender porque eu proponho, eu gostaria que a menina falasse isso, esqueço o nome dela agora, Conceição.

Conceição:

- Veja bem, boa tarde a todos e a todas, há uma grande confusão do ensino da historia africana com religiosidade. É claro que uma escola que tem uma denominação católica, o ensino é da igreja católica, com o hino nacional e a Ave Maria no inicio das aulas. Agora se é uma escola de tradição de matriz africana, e claro que nós vamos estar reverenciando nossos deuses. Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Nem um babalorixá, nem Ialorixá do meu Estado, que eu tenho conhecimento, quer professar, quer ir na escola ensinar religião. Ele quer ensinar a cultura de um povo e a sua religiosidade. Ele não quer ensinar Preceitos, que até preceitos são sagrados, e são sigilosos. Então, há uma grande confusão, como há grande confusão embora tenha sido aprovado do estatuto da igualdade racial, em alguns itens, então as pessoas estão confundindo. Precisa ser aprovado. Cada Estado é diferente. Cada Estado tem seus avanços na religiosidade, outros não, precisávamos de uma ação mais consistente a nível nacional, mas, que essa ação não nos dividisse, porque é isso que acontece.

Voz masculina:

- ok

Voz feminina:

- Ai e a guerra de poder por Estado e por Ialorixá , babalorixá, etc.

Voz masculina:

- Conselheiros nós vamos colocar em votação, pelo acolhimento ou pela rejeição da moção, por favor, aqueles que rejeitam a moção queiram, por favor, levantar o braço. É por isso que a gente está aqui discutindo. Edson, aqui não tem como modificar a moção ou aceita ou não aceita.

(Inaldível) [...]

Aqueles que acolhem a moção, por favor. Rejeitada, porque não tem como concertar. Mais alguma observação sobre educação? A cinco, por favor, o microfone ali.

Voz feminina:

- É que na quinta, seria que uma observação, um adendo, no nosso Estado, até uma denúncia também, no nosso Estado essa conferência do CONAE conforme está aqui redigido, não houve divulgação, não houve ampliação, ela ficou muito concentrada nas secretarias, e foi pedido aqui a ampliação onde tivesse participação do movimento negro, então nós solicitamos pra Secretária que estava responsável, a secretaria municipal, das regionais que ele estão fazendo por regionais, eles não nos atenderam. Então eu não sei se a gente pode aprovar se agente for fazer u levantamento o movimento negro não tem participação nessa conferência, ela ficou muito fechada, então fica a titulo até de denúncia.

Voz masculina:

- Agora você ta defendendo a moção?

Voz feminina:

- Não, eu não defendo não, porque a proposta pelo que a gente está vendo aqui está pedindo a ampliação dos Estados. Está aqui, numero de representantes do movimento negro. No nosso Estado não teve representação, não teve participação ficou muito centrado, muito fechado, ficou Estado.

Voz masculina:

- Mais Gracinha, a moção está pedindo pra que isso aconteça.

(Inaldivel[...])

Voz feminina:

- Ou então reformular, não tem como reformular.

Voz masculina:

- Porque pelo que eu estou entendendo, ela vai ao encontro do que tu tá falando, não sei.

Voz feminina:

- Não, ela solicita a ampliação para que tenha participação do movimento negro. Eu estou dizendo que no Estado, no nosso Estado, o Estado de Mato Grosso do Sul, essa conferência foi fechada, não teve participação do movimento. Então nós pedimos informações, queríamos saber onde estavam acontecendo as regionais e o movimento não estava sendo atendido, não sei como foi nos outros Estados, de repente nos outros Estado houve ampliação, em Mato Grosso do sul ela foi trancada, ela foi fechada.

Voz masculina:

- Bem objetivamente. É esclarecimento sobre isso? Por favor.

Kenis Gonzaga:

- Eu sou Kenis Gonzaga e eu sou da Secretaria Geral da Presidência da Republica, bem, eu queria me posicionar a favor da moção, por que é o seguinte, é um posicionamento do movimento de que onde estiver organizada a coordenação da Conferência Nacional de Educação, que está em processo nos Estados, se tenha mais participação do movimento negro, eu acho que, é isso que agente quer, ter uma moção, e o movimento empossar, você citou um caso, o caso do Mato Grosso, mas por exemplos, outros Estado que está em processo de discussão, há conferência e que tem uma coordenação, eu acho que é possível de agente ençar isso sim, falo pela secretaria geral que

acompanha a conferências no âmbito do governo, essa é uma conferência coordenada pelo MEC, em âmbito Nacional, que tem uma representação nesse conselho com a qual é possível dialogar, então, não vejo nenhuma contradição do conselho endossar isso aqui, um posicionamento aqui.

Voz masculina:

- Gente, há alguma manifestação diferente das duas aqui colocadas? Uma pra manter outra pra retirar. Podemos votar, podemos decidir sobre isso? Então em votação. Para rejeitar de acordo com a conselheira Dona José e para manter.

Voz feminina:

- quero fazer uma colocação

Voz masculina:

- Mas é diferente disso?

Voz feminina:

- A `Proposta é o seguinte, que a gente garantisse a aprovação dessa moção e também a participação do conselho depois, porque realmente nos três Estados que eu acompanhei essa conferência não houve participação da sociedade civil, só da Universidade, do Estado, e do Município. Eu acrescentei que eu quero conselho participando.

Voz masculina:

Bom frisar bastante, sublinhar. Em votação de acordo com a Ana José pela rejeição de acordo com a Kenis, pela manutenção, aqueles que votam pela rejeição, por favor, levante o braço. Pela manutenção?

Gente deixe eu só colocar aqui uma coisa pra vocês. Eu estou aqui com uma tarefa de agenda que nós estamos por conta de uma orientação do Presidente da Republica, visitando os principais Estados que tem quilombo no Brasil e fazer uma discussão com os governadores, posteriormente com os prefeitos onde tem comunidades quilombolas, a fim de nos darmos celeridade às políticas publicas voltadas a remanescentes de quilombos. Então isso é uma auto critica que o governo ta fazendo na pratica.

Eu tenho que sair, tenho que ir para a Bahia por que tenho uma reunião com o governador Jacques Wagner. Gostaria de pedir a compreensão dos conselheiros justificar a minha ausência dos trabalhos da conferência por conta disso, eu estarei hoje e amanhã e depois, nós vamos visitar os quilombos da Bahia também. Vamos conversar com o governador e ter contato com a comunidade quilombola da Bahia, tem uma que inclusive foi já objeto de preocupação aqui no conselho que é de São Francisco de Paraguaçu, que nos iremos estar lá amanhã. Então, peço desculpas pela Ausência.

Voz feminina:

- Voz masculina!

Voz masculina:

- São Paulo não é prioridade porque tem pouco Quilombo.

Voz feminina:

Voz masculina, por gentileza, dois minutinhos só, eu gostaria de chamar Benedita Bernardes, que ela é poetisa, é ativista daqui do Distrito Federal, de Brasília, e é do instituto de cooperação e direitos humanos e social, ela vai falar aqui uma poesia para os conselheiros, especialmente pra os conselheiros chegantes que já estão aqui há mais tempo. Por favor, Milene.

Milene:

Fechem os olhos, viajem comigo.
Olorum, criador do Universo,
Plantado Aqui hoje
Aqueles ao qual determinaste
Para fazer essa grande tarefa

Zumbi, comandante guerreiro.
Ferreiro mor, capitão.
Da capitania da minha cabeça
Mandai liberdade pro meu coração.
Porque a felicidade do negro é o que?
É uma felicidade guerreira
Porque a felicidade do negro
É uma felicidade guerreira
E dentre as guerras estamos aqui
Com essa tarefa,
A tarefa de vir pra vencer,
Por que ninguém entrou
Nessa guerra pra perder não,
Essa é pra vencer mesmo.

Vamos juntar ta bom
Feche seus olhos, viaje comigo.

Mãe África por que lamentas,
Por que choras
Qual o seu legado, qual a sua dor.
São meus filhos outroras guerreiros
Que foram para o cativeiro para nunca mais voltar
Mãe África lavanta, lavanta-te
Porque, já é tempo um novo tempo que transcende.
Um novo tempo que transcende além mar
Olha o retorno do seus filhos,
As savanas, os rios, as florestas, as matas
A beleza de um novo tempo
Deste povo forte deste povo aguerrido
Mão africa não mais lamente
Mas sim levanta te da dor que te acerca
Mão Africa renasça

Banzo, tristeza danada

Aflicção e agonia
Saudades da terra amada
Assim o preto vivia
Saudades da África
Das terras de além mar

(inaudível) [...]

Banzo, transidorita, navios negreiros
Fortes guerreiros (inaudível) [...] humilhados
Noite escura viagem sinistra
Amontoados cargas vivas
Pra acalmar o Deus guerreiro
Olorum, Xangô, Ogum (inaudível) [...]
Saudades que mata

Emilios de Soieto
(inaudível) [...]
Por ti canto e choro
Vendo teu sofrimento
O cântico da liberdade
O choro o lamento
O meu olhar turvo no céu cinzento
O peito que lhe ofereço
Já não corre mais o leite
O néctar que dá força para a vida
Sinto o pulsar das veias do meu doido coração
Por não ter desistido dessa força de te amar
Meninos de soieto
A ti o meu soneto
Dou-te os braços em meu regresso
Canto a ti canção de ninar

Menina de Daomé
Que trouxe o cântico escondido
E hoje você continua sendo a força do Brasil
Princesa de Daomé
Eu conheço as suas cores
Elas são verde e rosa
Você não se preparou pra esse momento aqui
Mas já há muito que eu a via
E a buscava em meus momentos
Sejam bem vindas vocês
Mulheres guerreiras a esse conselho
Principalmente você
Princesa de Daomé

Voz masculina:

- Conselheiros e conselheiras faltam três temas pra gente tratar, trabalho, povos indígenas, segurança e justiça. E nos temos uma merenda que lá em baixo. A proposta é a seguinte ou nós fazemos uma interrupção ou nós continuamos esse três temas?

Voz feminina:

- Fechar.

Voz masculina:

- Fechamos depois vamos a merenda, vamos que temos só esses três temas. Trabalho, esse tema agora, nós temos cinco moções aqui tratando de trabalho, algum destaque pra alguma dessas moções? Conselheiros e conselheiras, trabalho, podemos considerar aprovadas todas as moções?

(inaudível) [...]

Voz masculina:

-Só um momentinho só.

(inaudível) [...]

Voz masculina:

- Então, consideramos então aprovadas essas moções sobre trabalho. Vamos aqui ao outro tema, moções sobre os povos Indígenas, temos seis moções, algum destaque pra alguma dessas moções, Conselheiros e conselheiras. Algum destaque, nenhum destaque? Moções dos povos indígenas. Então consideramos aprovadas. Estão aprovadas então todas as moções sobre, as seis moções sobre os povos Indígenas.

(inaudível) [...]

Voz masculina:

- Esta no corpo da moção. Então por fim, estão consideradas aprovadas aqui, por ser, a Maria Helena ta ali também entusiasmada, olha o sorriso dela. Agora vamos para moções de segurança e justiça. O ultimo bloco pras Conselheiros e conselheiras se manifestar. Algum destaque a alguma dessa moções? São onze moções. Claudinha, tudo bem? Conselheiros e conselheiras? Então vamos considerar por aprovadas na forma todas as moções oferecidas aqui. Então estão aprovadas todas as moções. Vamos a merenda, mas antes é só dizer que essa etapa, antes de ir a merenda, encerrou a data de hoje, mas essa etapa de analises das moções, discussão e aprovação das moções, e o exame que foi feito pelo conselho e os encaminhamentos que foram dados ao longo desse debate ele conclui todo processo da segunda do conferencia nacional de promoção da Igualdade Racial, que da forma que o Voz masculina acentuou no inicio da fala dele na abertura da reunião de hoje, eu diria, com chave de ouro, se é que a gente tem uma chave nesse instante, nós não fechamos mais concluímos essa parte com chave de ouro de uma forma muito madura, muito responsável, de observar que aquele tema que tem, apresenta uma preocupação maior devera ser discutido num momento mais próprio por parte de todos conselheiro e conselheiras, assim será pautado, secretaria executiva já registrou ali pra poder fazer esses encaminhamentos pra nossas próximas reuniões do conselho nacional, então acredito que a representação do conselho ela dá, com certeza, uma manifestação pra todos aqueles delegados e delegadas que durante meses, em todos os Estados se reuniram discutiram, disputaram a vinda como delegado para a

conferencia nacional de que este instante esta coroadado de êxito. Vou passar pra Oraida passar pro nível de informes não é Edson (inaldível[...])e a gente passar pra merenda.

Oraida:

- Doutor Eloy, depois dos informes o Senhor dá a posse pro pessoal? Obrigada. Eu tenho uns informes aqui para passar pros conselheiros, primeiro se refere a um convite que o ex conselheiro Sidney, da secretaria de direitos humanos, deixou aqui pra uma, do conselho nacional de segurança alimentar e nutricional Concen, e o conselho de direitos humanos e minorias da câmara dos deputados, convidam para uma audiência publica destinada a debater a proposta de emenda constitucional, a Pec zero, quatro, sete dois mil e três, que inclui o direito humano a alimentação adequada na constituição federal. Essa audiência será no Plenério oito do anexo dois da câmara dia treze de agosto de nove e trinta ás treze horas. Então está aqui feito o convite, a outra informe que eu não coloquei no inicio, é que o ministério das cidades encaminhou hoje, a indicação a alteração a sua representação que são o titular, o Conselheiro Marcel Cláudio Santana e suplente Patrícia Cabral de Arruda. E eu tenho uma outra comunicação que eu posso deixar para fazer amanhã pela manhã que é a leitura de uma correspondência que foi enviada pela câmara municipal de Diadema para o conselho? Então Dr. Eloy, podemos passar a pauta lembrando só que a nossa reunião amanhã tem inicio, como está previsto ai na pauta, e eu pediria aos conselheiros e conselheiras que observassem o horário para que possamos começar dentro do horário aqui combinado.

Voz masculina:

- Então, agora, na medida que o ato solene que a portaria do Voz masculina da Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, portaria número quarenta e dois de dez de agosto de dois mil e nove, assinada pelo Voz masculina Edson Santos, que designa os seguintes conselheiros do conselho nacional de promoção da igualdade racial para o biênio dois mil e oito /dois mil e dez, primeiro, não está em ordem, vou dar a lida como a portaria assim estabelece, sociedade civil: Pela Federação Arabe-Palestina do Brasil, FEPAL, Hualid Hussein Ali, como é que é? Moadi Raba, assim mesmo? Então, por favor, conselheiro, ele está em substituição ao conselheiro Emeir Salé Mura. Seja bem vindo.

Agora Central de movimentos populares, CMP: Carlos Roberto de Oliveira, Titular, em substituição a Luiz Gonzaga da Silva.

Marcelo Braga, Edmundo era o suplente, em substituição a José Cristiano Lima Perreira. Também da central.

Voz feminina:

- Ele não está suplente não foram convocados.

Voz masculina:

- eles não estão? Certo.

Confederação Israelita do Brasil, CONIB. Desculpe aqui, essa letra ta tão.(inaldível[...])Eduardo Zilberstein, suplente em substituição a Luiz

Voz feminina:

SteinneK, Luiz Sérgio Steinnnek.

Voz masculina:

- Luiz Sérgio Steinnek. Ele está aí?

Voz feminina:

- não ele não veio.

Voz masculina:

-Central Única dos trabalhadores CUT, Ieda Leal de Souza suplente, em substituição a Espetito Solanir Pereira de Magalhães.

Voz feminina:

-Minha conterrânea?

Voz masculina:

- Estou vendo aqui que está uma proteção. Do governo federal, do poder público, Nós temos aqui o MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Rui Leandro dos Santos, Titular em substituição a Renata Leite. Pensei que o Ruy fosse titular.

Voz feminina:

- Agora ele é de fato e de direito.

Voz masculina:

- De fato e de direito. Gilvania Maria da Silva suplente em substituição a Ruy Leandro dos Santos a Givania passa agora a condição de suplente indicada. Do Ministério da Justiça, Jorge Luiz Quadros, suplente em substituição a Teresinha Maglia.

.(inaldivel)[...]

Então seja bem vindo conselheiro.

.(inaldivel)[...]

Já avançou uma caminhada.

Voz feminina:

- Pode se considerar um gênio, quase um guru.

Voz masculina:

- Glaucia Silveira Gauch.

Voz feminina:

- Gauch, do Ministério das Relações.

Voz masculina:

- Titular em substituição a Ana Lucia.

Voz feminina:

- Ana Lucí Gentil Cabral Peterson.

Voz masculina:

- Obrigada pelo socorro. A doutora Ministra Gláucia teve que sair para um outro compromisso no senado federal no ministério das relações exteriores, Ministra Gláucia. No ministério da planejamento orçamento e gestão, Andréa Costa Magnavita, Titular em substituição a Débora Nogueira Bezerra.

.(inaldivel)[...]

- Não, conclui ainda não.

Secretaria especial dos direitos humanos da presidência da republica, suplente Maria do Carmo Rebouças da Cruz, em substituição, a Sidney.

Vou dar as oportunidades e retorno agora ao conselho nacional como conselheiro é uma alegria recebe-la.

Claudininho não deixei pra você essa.

Microfone aqui.

Maria:

- Não eu queria agradecer primeiro a Deus, aos meu anjo de guarda, enfim, aos companheiros e companheiras aqui, porque eu não sei receber assim nada, na minha vida sem agradecer, eu agradeço todo dia, toda hora. E ultimamente, desde o dia primeiro de julho que eu venho só recebendo coisas positivas, fui eleita pelos críticos do Brasil inteiro como melhor cantora de samba ao lado de Zéca pagodinho, foi o melhor cantor, estou feliz a beça por isso. E dizer pros companheiros novos, quer dizer, são rostos que eu estou vendo pela primeira, mas, percebi nas pessoas assim, muita decisão, muita opinião, e isso muito importante, porque eu confesso, o que eu disse no meu show vou repetir aqui, achei que a conferencia foi um pouco morna, porque talvez na primeira tenha tido mais confusão mais briga, aquele rolo todo, agente sente fala disso, mais essa segunda foi mais morna, mas hoje aqui, eu já observei que o negocio não está tão, começando por claudinho, esse é quentíssimo, sempre foi, não tem jeito, tem muita gente legal, eu só queria dizer o seguinte, o mais importante que eu queria dizer pra cada um de vocês, está aqui também meu querido Moura, que agora que estou vendo ali. Brigado. Meu amigo lá também que falou pra mim um dia que encontro comigo: - fazendo falta, hein! Vai ter que volta não sei que – voltei, aqui é o meu lugar estamos aí. Dizer que embora eu seja uma pessoa que, hoje aqui eu vi muita discussão sobre a questão religiosa, e todo mundo sabe que eu não ando sem meu fio de conta no pescoço, eu posso andar sem dinheiro e sem carteira de identidade, mas a guia de Ogum eu não ando sem ela, só aqui eu respeito realmente, verdadeiramente, todas as religiões, respeito mesmo, sabe, consigo entender, acho que essa coisa de religião não tem nem que ser imposta agente traz de casa, você não pode chegar na escola e impor nada disso, a única coisa que eu sempre brigo, porque eu sou uma artista que leva alguns preconceitos, de algumas emissoras de radio e até de tv, pelo fato de ter saudações de Orixá, em todos os meus discos de uns anos pra cá, então, isso me prejudica muito, também eu gostaria de dizer pra vocês que apesar de ter recebido esse premio no dia primeiro de julho, eu, no momento sou uma artista desempregada, porque eu estou sem gravadora, estou procurando uma gravadora pra gravar o meu segundo DVD, porque eu só tenho um, então se os amigos puderem fazer uma mobilização pra que a gente consiga patrocínio de empresários, porque a Lei Huanet é negocio mais pra Caetano Veloso, e eu não talvez não mereça isso, então, o que eu quero dizer é o seguinte, que tudo que eu aprendi na vida, que são aquelas palavras de bom dia, boa tarde, boa noite, com licença, por favor, muito obrigado, foi Dona Neci de Assunção Brandão que me

ensinou, agora, agora toda a formação de consciência, de luta, até as palavras que eu passei a usar nas minhas entrevistas, isso eu bato no peito, sem nenhum constrangimento, aprendi dentro desse conselho, eu não sabia um monte de coisas, sou absolutamente ignorante numa série de aspectos dentro da vida pública brasileira, mas eu nunca tive vergonha de perguntar pra os meus companheiros, tudo que eu não sei eu pergunto. Tanto que hoje eu fui sentar lá na ponta, porque no negócio da moção eu não tava aqui, quando foram feitas as moções na conferência, e tinha coisas que eu não sabia, eu queria tomar conhecimento até pra poder me situar, que eu não consigo ser injusta, não sou Maria vai com as outras, e eu vou dentro daquilo que eu penso, e espero que as senhoras e os senhores continuem me ensinando, por que quero aprender cada vez mais, porque eu pequenininha dentro desse universo aqui, porque a luta de vocês, inclusive a luta sindical, a luta por gênero, por todas as coisas, é infinitamente maior que a minha, a minha é a luta do palco, eu vou pro palco, aprendo algumas coisas aqui e repito lá, com consciência porque eu sei que tudo que sai daqui tem muito conteúdo, tem muita verdade, eu quero agradecer pelo ensinamento que os outros me deram, que vocês estão continuando a me dar, que Deus proteja, abençoe e ilumine a todos muito obrigado.

Voz masculina:

- Então conselheiros e conselheiras e supostos vamos a merenda que nos aguarda, empossados estão e vamos, e amanhã como acentuou Oraidá, tentar chegar aqui, todos na hora, pra gente começar na hora e ter menos prejuízo durante os trabalhos, são muitas as ações.

Voz feminina:

- Conselho de Promoção da Igualdade Racial. Nós vamos iniciar abordando aqui nosso primeiro ponto de pauta, conforme previsto que é a apresentação do Planapir, e na sequência a discussão do comitê, bem como a indicação dos conselheiros, os que irão compor o comitê de monitoramento do Planapir, eu Passo a palavra ao secretário adjunto Doutor Eloy Araújo que irá coordenar a condução dos trabalhos, pra que ele possa na sequência ta convidando os colegas que integram a equipe do Planapir, pra virem aqui trabalhar junto conosco, por favor, Doutor Eloy.

Eloy:

- Bom dia, conselheiros e conselheiras, estamos um pouquinho atrasados, tentando aguardar uma maior chegada de um maior numero de conselheiros, pra poder dar inicio a essa pauta de hoje, dessa vigésima primeira reunião do conselho, como acentuou a secretária executiva, a nossa companheira Oraidá. Como primeiro ponto de pauta dessa reunião de hoje, trata exatamente do Planapir, é importante assim só dar uma breve historizada, no plano nacional de promoção da igualdade racial, essa formatação do plano nacional, ela não é uma idéia recente, não é um instante recente, o Presidente Lula, houve por promulgado Decreto instituindo o Planapir, iniciando no mês de junho, mas era todo um processo de construção anterior, um processo que vem de dois mil e três, desde o processo de primeira formulação de reunião de todas as ações do governo, por todos os órgãos do governo, premiando todos os órgãos do governo federal, no sentido de realizar programas e projetos voltados efetivamente a ações de promoções da igualdade racial, ações de natureza afirmativa e as ações do PBQ do Programa Brasil Quilombola, então a agente tem desde aquela ocasião todo um histórico para a formação de um plano nacional. O plano Nacional percorreu um debate muito intenso, por todos

os órgão do governo, e não foi algo muito simples e nem pacífico, basta ver o numero de anos que esse plano levou pra esse plano sair, e ele ganhar o contorno de um plano e um plano absolutamente geral, e onde reside a principalidade desse plano conforme acentuou o decreto do Presidente?

É no instante de acompanhar e tudo, a CEPIR e o Conselho também sugerirem, proporem ações, programas e projetos que passam a integrar esse plano nacional. Uma situação, o fato é bastante objetivo, bastante real, nós em todo os órgão do governo, não temos como pormenorizar ainda todas as ações e todos os programas, de promoção da igualdade racial, que são executados hoje por todos os órgãos do governo. Então, o plano nacional ele obriga a todos a construir essa formatação, essa modelagem de acompanhamento, de monitoramento de todas as ações do governo, e de iniciativa de criação de outras iniciativas de promoção da igualdade racial.

Nós constituímos uma equipe na CEPIR, que é composta por dois gestores que eu queria apresentar pra o conselho nacional, queria que eles até viessem aqui pra serem conhecidos por todos os conselheiros e conselheiras que é o Sidenir e a Mariana, por favor, Sidenir, Mariana. Por que sidenir e mariana são dois gestores públicos concursados da administração pública que fizeram à escolha, opção de trabalharem com o tema da promoção da igualdade racial, de trabalharem com a CEPIR. Como todos sabem os gestores são uma carreira pública, integram o ministério do planejamento, orçamento e Gestão, e eles fizeram, a opção de trabalhar conosco nessa tema, pra construção de políticas de ação afirmativa, para o acompanhamento desse desafio, e superação do desafio, de construir a igualdade no nosso país Sidenir é gestor do segundo concurso, dois mil e um, então. Na administração pública a bastante tempo fez essa opção de trabalhar conosco na CEPIR, a Mariana é gestora pública do ultimo concurso, também na mesma direção a opção de trabalhar conosco, então trabalhando na formatação do comitê de acompanhamento, de articulação e monitoramento, do Planapir. Eu gostaria se vocês pudessem fazer, nós não combinamos isso, mas fazer uma breve explanação de como vocês estão formatando essa idéia do plano, para que todos tenham essa idéia de como será o acompanhamento, o monitoramento do plano, e inclusive, a inclusão de novas iniciativas a partir desse instante que o plano está aprovado, e agora nós teremos que ter a apresentação e o lançamento do comitê de monitoramento, que vai dar com certeza junto com todos os órgãos do governo a condição de acompanhar todas as ações de promoção de igualdade racial. Sidenir e Mariana, se vocês pudessem dar uma, pra que todos os conselheiros conheçam, e já que o conselho nacional e um órgão que acompanha com a CEPIR todas políticas.

Mariane:

- Bom dia a todas e todos, meu nome é Mariane, como Dr. Eloy disse eu sou gestora pública, e eu e Sidenir estamos participando desse momento embrionário, do comitê de construção e monitoramento do Planapir. Eu acredito que de forma muito geral, o que se pode colocar sobre esse momento, o objetivo do comitê como o próprio nome diz é articular e monitorar, a idéia de articulação, eu acho que é o que agente tem que pensar, é que é buscar pactuar aquilo que já está sendo feito pelo governo, em nome de da transversalidade da política de igualdade racial, buscar pactuar que seja feito o melhor, e que, e buscar pactuar que aquilo que está sendo feito sem o recorte étnico-racial, que seja adequado a essa transversalidade da política de igualdade racial. Então eu acho que esse é o primeiro objetivo geral do comitê.

O segundo objetivo geral é o monitoramento, porque uma política como é concebida a política de irregularidade racial no governo que é trazer a transversalidade e não colocar a CEPIR como uma implementadora, mas colocar a CEPIR como uma grande articuladora desse recorte, em todos os ministérios que atuam nessas áreas finalísticas. O monitoramento é essencial, por que é importantíssimo que a gente saiba o que está sendo feito, quais são os desafios, como se pode subsidiar pra que seja melhor feito, e que haja um espaço qualificado pra que esse atores se encontrem e consigam conversar, trocar idéias, desabafos, e pensar com muita criatividade o que se pode fazer dentro das políticas prioritárias do governo, como se pode pensar uma nova forma de adequar isso aos objetivos cristalizados no decreto do Planapir. Além disso, ai entra a questão da participação do conselho, que há não só a participação não só dos atores governamentais, mais da sociedade civil, participando desde o momento dessa pactuação, das sugestões, do controle, da transparência. Então é essencial o papel da sociedade civil nesse desenrolar do papel do comitê que vai desde essa pactuarão, de trazer ao governo, subsidiando debates, porque as vezes os atores, perdem um pouco de vista, e também por um outro mecanismo que é a previsão de elaboração de um relatório anual, que é uma forma de cristalizar quais são atividades do comitê, e permitir ainda um maior controle social. Então, nesse momento por se tratar de uma fase extremamente embrionária, o trabalho que a gente está desenvolvendo vem sendo trabalhar a composição a representação, pra que se possa haver uma primeira reunião, uma solenidade de apresentação, uma coisa que traga o mais geral e pactue entre aqueles participantes. O que será o desafio desse comitê para que nos próximos momentos se comece a elaborar os deveres impostos pelo próprio decreto, que são: Elaboração do regimento, pensar quais são as ações, as metas, e as prioridades, desse plano. Porque o Planapir, ele traz os objetivos cristalizados, aonde a gente quer chegar, a gente precisa conseguir fazer essa união, e pensar ainda o que seria importante pra continuar, e além disso o próximo desafio vai ser pensar uma forma de monitorar e esse é um desafio muito novo, porque na administração publica como um todo, as atividades de monitoramento não são experiências que agente tem séculos de experiência, são essenciais para as políticas publicas, então, são imensos os desafios, a fase é extremamente inicial, mas eu acho que esse é o panorama geral do que nos espera nos próximos passos em relação ao comitê.

Sidenir:

- Na verdade o meu histórico, eu sou gestor desde dois mil e um, mas meu histórico tem sido muito mais ligado, a política de gestão publica, em particular de organização administrativa do que propriamente de promoção de igualdade racial. Eu cheguei aqui na CEPIR tem dois meses, obviamente por questões biográficas, acho evidentemente que essa área de política é fundamental, mas profissionalmente não sou um especialista em política de promoção de igualdade racial. De todo modo eu cheguei aqui, de curiosamente, eu cheguei aqui, alguns dias depois da publicação do decreto meia oito sete dois, que a própria Planapir instituiu o comitê de articulação e monitoramento.

Bom, pela leitura do decreto o que está posto basicamente? As funções do comitê, as funções básicas são: Propor metas e prioridades para o Planapir, e segundo estabelecer uma estratégia de monitoramento do Planapir. A CEPIR está responsável pela coordenação do comitê, ele conta também, senhores e senhoras acho que todos sabem com três representantes do conselho, e qual é o papel da Cepir e de nós que formamos a equipe próximo ao secretário adjunto que trata do comitê. É priorizar, dar apoio administrativo e logístico pras atividades do comitê, e em segundo lugar subsidiar o

comitê com informações, pra definir as tais metas que estão previstas como atribuições do decreto, agente começou a fazer justamente isso, primeiro fazer uma sugestão não é mais que isso, porque as deliberações de fato, os membros do comitê vão decidir autonomamente, o que agente pode fazer é dar sugestão pra o calendário de atividades do comitê ao longo desse semestre, e o que imaginamos inicialmente, e o que os membros do comitê, autonomamente vão deliberar a respeito, é que seria muito interessante se a gente conseguisse chegar no final do ano, por exemplo, com a idéia de quais são as ações do PPA, se estão próximas aos objetivos do Planapir, isso seria algo muito interessante, qual seria pelo menos em linhas gerais a metodologia que poderemos trabalhar, e quais seriam as ações que são passíveis de priorização.

Então se a gente chegasse no final do ano com essas três coisas, pelo menos do ponto de vista de técnicos que estão envolvidos com o trabalho, seria algo muito interessante, chegar com uma expectativa menina de qual a metodologia que a gente poderia tá trabalhando, ter alguma indicação das ações passíveis de serem priorizadas, e aí começar no ano que vem a desenhar movimentos, esforços no sentido de estabelecer pacto, e ter um calendário de atividades que a gente acha que é exequível até final desse ano, começo do ano que vem. Então, o papel da gente é esse é um pouco estar à disposição do comitê, e como tem representação do conselho no comitê, está de certa forma a disposição do conselho também, pra viabilizar essas tarefas, isso que eu tinha a dizer.

Voz masculina:

- Bem, essa breve exposição e para dar um certo panorama de alguma preocupação, pra repartir com todos conselheiros e conselheiras, que é um fato novo a gente poder ter uma área específica pra poder articular e monitorar todas as políticas do ministério, que vai do ministério da agricultura, e eu sempre digo que não conheço ainda o ministério da zootecnia pra ser de A a Z pra ficar mais completo, mas de A a Z, todos os órgãos realizam inúmeras políticas, mas é preciso que agente acentue e monitore as políticas em questão, e incentive e inclua o recorte etnico-racial, nas demais políticas que não estão implementadas mas que não tem esse recorte. E essa tarefa não é simples, vamos combinar porque nem todos os órgãos, é um compromisso do governo, do presidente, mas nem todos os órgãos, é um compromisso do governo do Presidente, mais nem todos os órgãos tem nos seus programas, nos seus projetos esse recorte etnico-racial, e quando articular, quando monitorar, é a hora de levar esse desafio pra poder colocar, por fim eu gostaria de falar, que após essa pré-apresentação e antes de abrir para todos os conselheiros e conselheiras, nós temos hoje a escolha dos representantes do conselho, pra que indicados, o ministro que fará a designação desses membros do comitê para instalarmos o comitê, com toda a pompa e a circunstancia que a ocasião exige, requer, pra envolvimento de todos os órgãos, ainda que nós tenhamos no comitê quinze órgãos, mais nós temos trinta e sete órgãos no governo federal, então nos queremos o envolvimento de todos os órgãos mais como especificamente um recorte de acompanhamento, nos temos quinze órgãos que compõem e mais três representantes do conselho nacional, e aí até nos ocorre de imaginar uma sugestão, até inspirados ontem, que foi numa fala do Edson, que foi sugerido e apresentado o nome do procurador do trabalho, Procurador federal, Doutor prudente, o Edson falou assim: - nós podemos pensar sempre numa, não num nome mas naquilo que vá compor um determinado critério, como constar bons critérios pra poder reunir um modo pensar um outro nome.

Então nós imaginamos que dado é o escopo do que é o objeto da CEPIR, e mais da responsabilidade, tanto do conselho quanto da CEPIR, no acompanhamento e um monitoramento dos seus objetivos do Planapir. Então, nos ocorreu um coisa assim como sugestão, para os conselheiros examinarem, de pensar pra escolha desses membros, imaginamos que para a composição, pra sugestão desses representantes, na medida que nós temos que acompanhar e monitorar todas as políticas. Ter a presença de indígena, acho que preenche um critério pra desse conselho um acompanhamento e um monitoramento.

Conselheiro:

- Não é fácil também discutir essa apresentação, são duzentos e trinta pólos no Brasil e regiões diferentes, situações diferentes, eu posso dizer que nós temos pólos com contatos desde os quinhentos anos, quando começou o Brasil e pólos que hoje prefere viver isolados. Então situações das mais diversas, mais nós temos buscado trabalhar um consenso pra conseguir sempre avançar, eu faço também uma sugestão pra que a gente busque trabalhar no consenso a sua proposta do que foi discutido ontem pra poder avançar e eu entendo a participação dos órgãos governamentais como uma forma de viabilizar justamente esse monitoramento, acompanhando outras instancias públicas, a gente vê que nem sempre tem uma presença garantida dos órgãos públicos, você vai buscar a informação nem sempre acontece. Então se tem um conselho, um comitê com uma presença dessas instituições isso vai facilitar o monitoramento das políticas públicas. A questão de ser três representações titulares e três suplentes parece que já é um bom começo, mais a gente precisa experimentar ter um trabalho de uma avaliação e depois pensar em alguma mudança ou qualquer alteração, mais acho que ta de bom tamanho e nós poderíamos tratar da questão como um diálogo, como um consenso das propostas que estão sendo colocados e ver quais são os ganhos pra todos.

Talvez o que foi mencionado na questão da inversão da pauta pra refletir melhor, mais como nós já estamos discutindo as questões, já estão sendo feitas perguntas e respostas, a gente vai ter um horário de café, alguma coisa assim, então talvez nesse horário poderia ser utilizado pra consolidar as articulações, pra gente trazer aqui uma composição pra plenária. Era isso, boa sorte e muito obrigado pra todos nós.

Voz feminina:

- Obrigada Conselheiro, só lembrando se nós temos muitos inscritos, são onze pessoas inscritas, e ai a gente pediria que a gente acordasse, quer dizer, na verdade que retomasse o nosso acordo de regimento que ta redigido regimentalmente, que dentro de dois minutos pra cada fala. A próxima inscrita, sim, pois é, por isso que eu fiz a observação, foi um lapso aqui de não ter feito isso inicialmente, a gente ta só reavivando a nossa memória viu conselheira, conto com a sua compreensão e colaboração.

Conselheira Maria Helena é a próxima inscrita. Você mantém a sua inscrição?

(inaldivel) [...]

Você tinha solicitado anteriormente.

Maria Helena:

- Bom, antes de tudo, bom dia a todas e a todos, e primeiramente agradecer dois jovens gestores, eu na qualidade de uma Senhora, de um indígena eu fico feliz de ver a composição de dois jovens, porque não é fácil e também de gêneros, um jovem homem,

um jovem mulher. Parabéns Eloy. Segundo, ontem não participei a discussão de vocês porque é um momento também que eu tenho que aproveitar a oportunidade, espaço de estar ajustando certas coisas que: - meu compromisso também – então sai aproveitando esse período pra mim ta discutindo com as pessoas que é necessário, porque veja só, eu estou aqui, não como uma indígena que ta representando só a sua instituição de mulher, mais sim, eu estou aqui representando duzentos e trinta povos indígenas em vinte e quatro Estados do Brasil, cento e oitenta idiomas diferentes, nós indígenas não falamos um idioma só. Cada um de nós temos uma realidade diferente, mais a nossa luta é uma só, portanto eu acho, não é porque foi explanada aqui a participação, a composição duma indígena neste comitê, mais sim eu vejo, ao longo do tempo esta luta pra ser contemplada, hoje nós jogar à janela fora, a luta dos companheiros que passaram aqui, que eu pra mim, como indígena é uma escola, é uma sala de aula que estou tendo aqui como a companheira cantora colocou, então eu, na qualidade de indígena, eu vejo, no meu entender que, quando há uma luta ao longo dos anos vem ser contemplada pra nós indígenas, nós pegávamos com braços abertos, nós acolhemos com braços abertos, nós pegava com as duas mãos. Portanto companheiras, companheiros como sempre coloco, nós estamos aqui numa caminhada, numa busca só, um objetivo só que é a união. Então eu fico com a sua palavra anterior a sua colocação Doutor Eloy, vocês me desculpe companheiras e companheiros mais estou com essa palavra consciente do que estou fazendo, consciente do que estou colocando porque eu não vou jogar fora, eu como indígena não vou jogar fora a luta das companheiras.

Voz feminina:

- como referencia para realização de pesquisas científicas com focos nas deficiências, garantir os recursos para isso.

[Fim]